

Aula 06 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

Autor:
(Pós-Edital)

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

04 de Julho de 2025

SIMULADO

Todo simulado tem por objetivo preparar você para a sua prova, além de ser um exercício de concentração permite que o conteúdo seja novamente revisto e que você possa identificar eventuais dificuldades em relação aos assuntos já estudados.



Bom Simulado!!!

PERGUNTAS

1. Assinale a alternativa que apresenta afirmação que está de acordo com o Código Civil.

- a) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- c) A validade da declaração de vontade em regra dependerá de forma especial.
- d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- e) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.

2. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se _____. Por outro lado, considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e _____.

Completam corretamente as lacunas do enunciado os seguintes termos, respectivamente:

- a) estritamente – incerto.
- b) ampliativamente – certo.
- c) logicamente – certo.



- d) estritamente – certo.
 - e) ampliativamente – incerto.
-

3. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico é anulável quando

- a) o objeto for indeterminável.
 - b) o agente for relativamente incapaz.
 - c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
 - d) não revestir a forma prescrita em lei.
 - e) for simulado.
-

4. Assinale a alternativa que apresenta os legitimados para alegação de nulidade dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil.

- a) pelos diretamente interessados na declaração de nulidade, apenas.
 - b) apenas pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
 - c) apenas Ministério Público, em qualquer ação.
 - d) por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, em qualquer ação.
 - e) por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
-

5. Quanto à confirmação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que

- a) tanto o negócio jurídico nulo quanto o anulável podem ser confirmados pelas partes, salvo direito de terceiro.
 - b) apenas o negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
 - c) apenas o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
 - d) não se pode confirmá-los, em nenhuma hipótese.
 - e) terceiros podem fazê-lo.
-

6. A respeito dos atos ilícitos, está em desacordo com o Código Civil:

- a) Aquele que, por omissão voluntária, violar direito e causar dano a outrem, mesmo que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- b) Não é ato ilícito aquele praticado em legítima defesa.



- c) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico
- d) A destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, não é ato ilícito.
- e) Não constituem atos ilícitos os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.

7. Em relação às disposições gerais da prescrição, conforme o Código Civil, é correto afirmar que

- a) a renúncia da prescrição deve ser expressa.
- b) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.
- c) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- d) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) os absolutamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

8. Rui e Marcos celebraram um contrato de locação de imóvel, um apartamento situado na cidade de São Paulo, pertencente a Rui. Marcos pagou os alugueis pontualmente durante 8 meses, apenas. A partir da data de vencimento do aluguel do 9º mês, o prazo prescricional para Rui cobrar a dívida é de

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.

9. A respeito da decadência, é correto afirmar que:

- a) Se a decadência for legal ou convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- b) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) Corre a decadência contra os absolutamente incapazes.
- d) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente.
- e) Pode o juízo, de ofício, conhecer da decadência legal.



10. Considere os seguintes itens:

I - despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

II - protesto cambial.

III - ato judicial que constitua em mora o devedor.

IV – ação de evicção pendente.

V - ato inequívoco extrajudicial que importe reconhecimento do direito pelo devedor. A interrupção da prescrição ocorre somente uma vez, sendo hipóteses dessa interrupção aquelas constantes nos itens

- a) I, II e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) III, IV e V.
- e) I, II, III e V.



- | | | | | |
|------|------|------|------|-------|
| 1. D | 3. B | 5. C | 7. C | 9. D |
| 2. A | 4. E | 6. C | 8. C | 10. E |

QUESTÕES COMENTADAS

1. Assinale a alternativa que apresenta afirmação que está de acordo com o Código Civil.

- a) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa.
- b) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
- c) A validade da declaração de vontade em regra dependerá de forma especial.
- d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.



e) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a vinte vezes o maior salário mínimo vigente no País.

A: errado. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, nos termos do art. 106 do Código Civil:

Art. 106. A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.

B: errado. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, conforme o art. 105 do Código Civil:

Art. 105. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

C: errado. A validade da declaração de vontade em regra não dependerá de forma especial; só será necessária a observação da forma especial quando a lei expressamente a exigir.

Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

D: certo. É exatamente o que prevê o art. 109 do Código Civil:

Art. 109. No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

E: errado. O erro da afirmativa está no parâmetro / valor mínimo dos imóveis referidos na alternativa, que é de mais de 30 vezes, e não de 20 vezes, o maior salário mínimo vigente no País, conforme o art. 108 do Código Civil:

Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.

GABARITO: "D".

2. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se _____. Por outro lado, considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e _____.

Completam corretamente as lacunas do enunciado os seguintes termos, respectivamente:

a) estritamente – incerto.

b) ampliativamente – certo.



- c) logicamente – certo.
- d) estritamente – certo.
- e) ampliativamente – incerto.

Para responder essa questão, é necessário saber o que preconizam os artigos 114 e 121 do Código Civil:

Art. 114. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

GABARITO: "A".

3. De acordo com o Código Civil, o negócio jurídico é anulável quando

- a) o objeto for indeterminável.
- b) o agente for relativamente incapaz.
- c) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- d) não revestir a forma prescrita em lei.
- e) for simulado.

Vejamos o que dispõem os artigos 166 e 167 e 171 do Código Civil:

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa;

VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.



§ 10 Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira; III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

§ 20 Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado. Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

I - por incapacidade relativa do agente;

II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

A: errado. Esse negócio jurídico (com objeto indeterminável) é nulo – art. 166, inciso II, do Código Civil.

B: certo. Trata-se de hipótese de negócio jurídico anulável, nos termos do art. 171, inciso I, do Código Civil.

C: errado. Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, o negócio jurídico é nulo – art. 166, inciso III, do Código Civil.

D: errado. Conforme o art. 166, inciso IV, do Código Civil, trata-se de negócio jurídico nulo.

E: errado. Temos, aqui, outra hipótese de nulidade, não anulabilidade, do negócio jurídico, consoante o art. 167, caput, do Código Civil.

GABARITO: “B”.

4. Assinale a alternativa que apresenta os legitimados para alegação de nulidade dos negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil.

a) pelos diretamente interessados na declaração de nulidade, apenas.

b) apenas pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

c) apenas Ministério Público, em qualquer ação.

d) por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, em qualquer ação.

e) por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

Eis o teor do art. 168, caput, do Código Civil:

Art. 168. As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

Consoante esse dispositivo, a assertiva “E” está correta.



GABARITO: "E".

5. Quanto à confirmação dos negócios jurídicos, é correto afirmar que

- a) tanto o negócio jurídico nulo quanto o anulável podem ser confirmados pelas partes, salvo direito de terceiro.
- b) apenas o negócio jurídico nulo pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- c) apenas o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- d) não se pode confirmá-los, em nenhuma hipótese.
- e) terceiros podem fazê-lo.

Relembremos o que dispõe o art. 172 do Código Civil:

Art. 172. O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

- A: errado. O negócio jurídico nulo não pode ser confirmado, apenas o anulável, nos termos do art. 172 do Código Civil.
- B: errado. É o contrário, apenas o negócio jurídico anulável pode ser confirmado, e pelas partes.
- C: certo. É o que se extrai do art. 172 do Código Civil.
- D: errado. É possível a confirmação dos negócios jurídicos, pelas partes, quando se tratar de anulabilidade, sendo ressalvado o direito de terceiro.
- E: errado. Apenas as partes podem confirmar os negócios jurídicos, observados os requisitos do art. 172 do Código Civil.

GABARITO: "C".

6. A respeito dos atos ilícitos, está em desacordo com o Código Civil:

- a) Aquele que, por omissão voluntária, violar direito e causar dano a outrem, mesmo que exclusivamente moral, comete ato ilícito.
 - b) Não é ato ilícito aquele praticado em legítima defesa.
 - c) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico
 - d) A destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, não é ato ilícito.
 - e) Não constituem atos ilícitos os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.
- A: certo. Trata-se de hipótese de ato ilícito, nos moldes do art. 186 do Código Civil:



Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

B: certo. Afirmativa em consonância com o art. 188, inciso I, do Código Civil:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

C: errado. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico, conforme o art. 187 do Código Civil:

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

D: certo. É o que dispõe o art. 188, inciso II, do Código Civil:

Art. 188. Não constituem atos ilícitos: (...)

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

E: certo.

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

GABARITO: "C".

7. Em relação às disposições gerais da prescrição, conforme o Código Civil, é correto afirmar que

- a) a renúncia da prescrição deve ser expressa.
- b) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.
- c) a exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- d) a prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- e) os absolutamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.



A: errado. A renúncia da prescrição pode ser tanto expressa quanto tácita, nos termos do art. 191 do Código Civil:

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

B: errado. Os prazos prescricionais não podem ser alterados por acordo das partes, conforme o art. 192 do Código Civil:

Art. 192. Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.

C: certo. É exatamente o que dispõe o art. 190 do Código Civil:

Art. 190. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

D: errado. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor, consoante o art. 196 do Código Civil:

Art. 196. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

E: errado. Os relativamente, e não os absolutamente, incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente, nos termos do art. 195 do Código Civil:

▪ *Art. 195. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.*

GABARITO: "C".

8. Rui e Marcos celebraram um contrato de locação de imóvel, um apartamento situado na cidade de São Paulo, pertencente a Rui. Marcos pagou os aluguéis pontualmente durante 8 meses, apenas. A partir da data de vencimento do aluguel do 9º mês, o prazo prescricional para Rui cobrar a dívida é de

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 4 anos.
- e) 5 anos.



O prazo prescricional para a cobrança de dívidas de aluguel de prédios urbanos é de 3 anos, conforme o art. 206, § 3º, inciso I, do Código Civil:

Art. 206. Prescreve:

(...)

§ 3º Em três anos:

I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;

GABARITO: "C".

9. A respeito da decadência, é correto afirmar que:

- a) Se a decadência for legal ou convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- b) É válida a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) Corre a decadência contra os absolutamente incapazes.
- d) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à decadência, ou não a alegarem oportunamente.
- e) Pode o juízo, de ofício, conhecer da decadência legal.

Para resolvermos essa questão, é necessário conhecer a regra estabelecida no art. 211 do Código Civil:

Art. 30 São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 195. Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.

Art. 209. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.

Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei. Art. 208. Aplica-se à decadência o disposto nos arts. 195 e 198, inciso I.

Art. 211. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

A: errado. A decadência legal não precisa ser alegada, pois é conhecível de ofício, conforme o art. 210 do Código Civil.

B: errado. É nula a renúncia à decadência fixada em lei, nos termos do art. 209 do Código Civil.



C: errado. A decadência não corre contra os absolutamente incapazes – arts. 3º, 198, inciso I, e 208 do Código Civil.

D: certo. É o que se extrai da interpretação conjunta dos artigos 195 e 208 do Código Civil.

E: errado. O conhecimento da decadência legal, mesmo que de ofício, é um dever, não uma faculdade, do juízo, conforme o art. 210 do Código Civil.

GABARITO: "D".

10. Considere os seguintes itens:

I - despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.

II - protesto cambial.

III - ato judicial que constitua em mora o devedor.

IV – ação de evicção pendente.

V - ato inequívoco extrajudicial que importe reconhecimento do direito pelo devedor. A interrupção da prescrição ocorre somente uma vez, sendo hipóteses dessa interrupção aquelas constantes nos itens

a) I, II e IV.

b) I, II, III e IV.

c) II, IV e V.

d) III, IV e V.

e) I, II, III e V.

Art. 197. Não corre a prescrição:

I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

Art. 198. Também não corre a prescrição:

I - contra os incapazes de que trata o art. 30;

II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;



III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:

I - pendendo condição suspensiva;

II - não estando vencido o prazo;

*III - **pendendo ação de evicção.***

(...)

*Art. 202. A **interrupção** da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:*

*I - por **despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;***

II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;

*III - por **protesto cambial;***

IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;

*V - por qualquer **ato judicial que constitua em mora o devedor;***

*VI - por qualquer **ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.***

Parágrafo único. A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

De acordo com os dispositivos supramencionados, são causas de interrupção da prescrição os itens I, II, III e V. O item IV é causa que impede ou suspende a prescrição.

GABARITO: "E".



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.